

EDUCAÇÃO INFANTIL E A DISTINÇÃO ORGANIZACIONAL E ESTRUTURAL ENTRE O PÚBLICO-PRIVADO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

Jeciely Aguiar da Silva¹; Maria dos Milagres Diniz dos Santos²; Éryck Costa de Oliveira³.

1. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). Chapadinhã-MA. Email: jeciely.aguiar@outlook.com;
2. Mestre em Educação pela Universidade Santa Cruz do Sul (FAP). Chapadinhã-MA. Email: mariadosmilagresdinizdossantos@gmail.com;
3. Graduando do Curso de Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). Chapadinhã-MA. Email: erylckcosta2222@gmail.com.

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394/96, atendendo ao dispositivo constitucional, discorre que “Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (Brasil, 1996, p.24), consolidando as políticas públicas, no que diz respeito à educação formal de crianças pequenas, e formalizando, também, a municipalização dessa etapa de ensino.

Neste sentido, observa-se a constituição de documentos oficiais que subsidiam a concepção das crianças como construtora de seu conhecimento, já que é algo que vem continuamente sendo construído mediante as relações sociais de uma dada sociedade, salienta-se que dessa forma as crianças deixam o anonimato, e adentra a um novo conceito mais humanizado e viável das suas particularidades. Dessa forma, este trabalho possui a seguinte questão norteadora “Quais as semelhanças e as diferenciações na organização pedagógica e estrutural do ensino público e privado na oferta da Educação Infantil?”

Posto isso, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar a estrutura organizacional pedagógica e física a partir das bases teóricas/legislação oferecidas pela Escola Neriah (privada) e Pré-escola Luís Rocha Júnior (pública) no município de Chapadinhã Maranhão (MA), e por objetivos específicos: estudar a função social da Educação Infantil; comparar as implicações da estrutura física, os recursos lúdicos e pedagógicos entre as duas escolas; observar as atribuições da gestão e da coordenação pedagógica como uma preparação para difundir e compreender as teorias discutidas salas de experiências e sua efetivação na prática docente da turma de Educação Infantil.

Desse modo, a escolha pelo tema justifica-se pela significância de compreender a importância da Educação Infantil e comprovar ou desmistificar as distinções entre o ensino ofertado no público-privado no município de Chapadinhã. Para Horn (2004), o modo como organiza-se os materiais, os móveis, a estrutura organizacional da turma e as interações realizadas revelam a concepção e compressão que o professor dá ao conceito de criança. Partindo desse pressuposto, as turmas de Educação Infantil devem ofertar um ambiente acolhedor e usar das mais diversas práticas lúdicas, não apenas como um divertimento momentâneo e/ou passa tempo, mas como método didático pedagógico que estimule o processo.

Metodologia

A metodologia adotada para a realização dessa pesquisa, foi estruturada em etapas distintas, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, sendo resultado de estudos realizados na disciplina de Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil, disciplina do curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) e consonância com as principais concepções acerca do tema, que forneceram os conhecimentos teóricos necessários para nortear o trabalho, conforme especificado por Prodanov e Freitas (2013, p. 54) “todas as pesquisas necessitam de um referencial teórico”.

Em sintonia optou-se também por uma pesquisa de campo uma vez que “o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]” (Gonsalves, 2001, p. 67). Desse modo, visando a finalidade desse trabalho selecionou-se duas escolas da Educação Infantil, uma pública, denominada Pré-Escola Luís Rocha Junior e outra particular denominada Escola Neriah, ambas são instituições de ensino em Chapadinha-MA.

O presente estudo tem como objetivo comparar as implicações da estrutura física, os recursos lúdicos e pedagógicos entre as duas escolas e observar as atribuições da gestão e da coordenação pedagógica como uma preparação para difundir e compreender as teorias discutidas na sala de aula e sua efetivação na prática docente da turma de Educação Infantil. Portanto, as visitas e observações ocorreram com o intuito de identificar as disparidades e semelhanças que impactam diretamente a qualidade do ensino oferecido aos estudantes. A comparação entre as duas instituições permite uma análise sobre o acesso à educação e as desigualdades presentes no sistema educacional, além de refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas em cada contexto. Neste contexto, sob o ponto de vista da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois segundo descrito por Prodanov e Freitas (2013) tem como foco análise descrição, não priorizando numeração ou mediação.

Desse modo o estudo preocupa-se em registrar os fatores internos do contexto escolar, e observar por 02 (dois) dias as instalações das instituições a fim de compreender, analisar e registrar as duas escolas e comparar as relações organizacionais e estruturais entre elas. Além disso, realizou-se conversas informais sobre a organização com coordenadora e professoras.

Resultados e discussões

Na escola privada visitada, observa-se uma realidade diferente de muitas outras encontradas. De acordo com a coordenadora da escola, professoras e observação atenta ao ambiente, torna-se possível identificar uma estrutura e uma metodologia diferente do que se considera comum. O referido método baseia-se na bíblia, e a instituição é considerada “cristocêntrica”, as crianças têm uma rotina bastante diferente do que se costuma ver, onde elas não ficam o tempo inteiro no mesmo ambiente, tendo a oportunidade de visitar diferentes espaços e realizando diferentes atividades que contribuem para o seu desenvolvimento integral. Elas realizam uma espécie de rodízio, tendo contato com todas as professoras da instituição.

Logo na chegada, percebe-se um ambiente acolhedor e bem-organizado. O portão conta com a presença de uma professora responsável por receber as crianças, enquanto no hall de entrada há uma amarelinha com o alfabeto, tornando o espaço atrativo e lúdico. As mochilas ficam dispostas em um local específico, ao lado de um recipiente destinado às garrafas de água, sob a responsabilidade de uma funcionária que organiza esse material e conduz as crianças até a sala. O acolhimento é feito coletivamente com todas as crianças, sempre acompanhado por uma música religiosa, reforçando a identidade cristã da instituição. A rotina escolar é bem

estruturada e segue um modelo pedagógico que vem diretamente de São Paulo, dispensando a elaboração de planos de aula pelas professoras. As docentes não permanecem fixas em uma única turma, mas se revezam ao longo do período, de forma que cada troca complementa o conteúdo iniciado pela professora anterior.

Já na visita à escola pública, foi possível observar de perto a dinâmica da instituição e alguns aspectos relevantes de seu funcionamento. A visita transcorreu de forma tranquila, e as docentes se mostraram bastante gentis e receptivas. O ambiente escolar revelou-se bem cuidado e organizado, transmitindo uma imagem positiva quanto à infraestrutura e ao zelo com a instituição. Entretanto, durante o período de observação, foi possível notar um ponto que merece atenção: na sala acompanhada, não havia nenhum profissional específico para atender as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, as professoras, embora demonstrassem boa vontade, mostravam não possuir preparo ou estratégias claras para lidar com as necessidades dessas crianças. Sobre essa premissa discorre Silveira (2020, p. 8) “As escolas não têm recebido os recursos necessários para que sejam verdadeiramente ambientes inclusivos, bem como não há um sistema de capacitação e formação continuada para o professor saber lidar com novas tecnologias e trabalhar com a inclusão de alunos com deficiências”. Desse modo, pontua-se a importância de formação contínua, especialmente para os professores com crianças com transtornos, além disso, necessita-se frisar a importância de equipe multidisciplinar que possam auxiliar no desenvolvimento integral e qualitativos dessas crianças. Diante dessas observações, tornou-se evidente que cada instituição traz consigo suas potencialidades e os desafios que precisa enfrentar. Enquanto a escola privada aposta em uma proposta diferenciada, com espaços variados e uma rotina pensada para o desenvolvimento integral, a escola pública mostra o cuidado e a dedicação de seus profissionais, mas ainda possui limitações estruturais e ausência de recursos para atender plenamente às demandas da inclusão. Conforme especificado por Viudes (2024, p. 64)

O mobiliário escolar desempenha um papel crucial na adaptação do espaço físico. Mesas e cadeiras ajustáveis são essenciais para atender às diversas necessidades ergonômicas dos estudantes. Além disso, áreas específicas podem ser designadas para atividades em grupo ou individuais, oferecendo opções flexíveis que favorecem diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Utilização de sinalizações visuais e táteis para facilitar a orientação dentro do ambiente escolar. Implementação de tecnologias assistivas, como softwares educacionais adaptativos e dispositivos de entrada alternativos, que permitem aos alunos interagir com o conteúdo didático conforme suas capacidades individuais. Criação de espaços tranquilos ou salas sensoriais para estudantes que possam se beneficiar de um ambiente menos estimulante em determinados momentos do dia. A iluminação também merece atenção especial na adaptação do espaço físico escolar.

Em contrapartida, na instituição pública, observam-se discrepâncias decorrentes da falta de materiais pedagógicos, superlotação das salas de experiências e espaços externos inadequados, como pátios simples, sem recursos lúdicos. Nesses casos, os professores acabam arcando com a responsabilidade de produzir e levar materiais. Assim, evidencia-se a importância da organização estrutural do ambiente escolar no processo de ensino-aprendizagem, que vai além do espaço físico: toda a disposição da escola influencia diretamente, de forma positiva ou negativa, o desenvolvimento cognitivo, o bem-estar e a motivação para aprender. Também pode impulsionar ou prejudicar a convivência entre colegas. Nesse sentido, Horn (2004) destaca que os espaços da Educação Infantil devem ser planejados para favorecer experiências de brincadeira e interação, pois é nesses ambientes que as crianças constroem conhecimentos, experimentam possibilidades e desenvolvem aspectos sociais.

A pesquisa analisou a estrutura organizacional e pedagógica da Educação Infantil em Chapadinha-MA, comparando a escola privada Neriah com a pública Pré-escola Luís Rocha Junior, por meio de uma abordagem bibliográfica, qualitativa e de campo, buscou-se identificar as semelhanças e diferenças entre as instituições. A Escola Neriah apresentou uma estrutura física bem-organizada, com espaços definidos, como hall de entrada atrativo, local para mochilas e garrafas, além de banheiro dentro da sala e objetos que reduzem o eco. Seu modelo pedagógico é cristão, com acolhimento por meio de músicas religiosas, e utiliza planos de aula prontos vindos de São Paulo, o que limita a autonomia dos professores. As docentes se revezam entre as turmas para complementar os conteúdos.

A pesquisa realizada evidenciou diferenças significativas entre as duas instituições observadas. A Pré-escola Luís Rocha Junior, enquanto instituição pública, apresenta uma estrutura mais simples e recursos limitados, mas mantém o comprometimento pedagógico e o cuidado com as crianças. A Escola Neriah, pertencente à rede privada, dispõe de uma infraestrutura mais completa, espaços diversificados e maior variedade de materiais, o que contribui para uma prática pedagógica mais dinâmica e lúdica.

Desse modo, ressalta-se que a pesquisa atingiu seus objetivos ao mostrar como as diferenças entre o público e o privado se refletem na organização curricular, nos recursos e na identidade institucional, especialmente no aspecto religioso da escola privada. A padronização na rede particular contrasta com a prática na rede pública, revelando diferentes formas de aplicar a legislação educacional. Para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a análise da escola pública, observando como as teorias são aplicadas na prática e como se dá a gestão dos recursos, contribuindo com propostas de melhorias pela Secretaria Municipal de Educação. Constatou-se que ambas, no entanto, compartilham o mesmo objetivo: promover o desenvolvimento integral das crianças e garantir uma aprendizagem significativa. Dessa forma, o estudo destaca que, independentemente da rede de ensino, a dedicação dos profissionais e o planejamento pedagógico são essenciais para a qualidade da Educação Infantil.

Por fim, a gestão das duas escolas apresentou variações relevantes nessa discussão. No âmbito da escola particular, a coordenação mostrou-se mais participativa no acompanhamento individual das crianças, estabelecendo vínculo direto com as famílias para debater, informar e discutir questões relacionadas ao desenvolvimento dos estudantes. Essa aproximação contribui para o fortalecimento do processo educativo, uma vez que alinha objetivos e gera segurança para as crianças aprenderem. Além disso, escola e família transmitem valores, hábitos e limites que se complementam. O diálogo constante, nesse caso, favorece a identificação precoce de problemas emocionais, sociais ou de aprendizagem. Goldschmied e Jackson (2006) reforçam que a presença dos pais na educação dos filhos pequenos é essencial, pois possibilita a construção de vínculos afetivos mais sólidos e facilita sua adaptação à creche, que passa a se tornar uma extensão do lar.

Palavra-chave: crianças; educadoras; educação Infantil; público-privado.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GOLDSCHIED, Elionor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em creche. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HORN, Maria da Graça Souza. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil.** São Paulo: Cortez, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVEIRA, Jader Luís da. **Abordagens Sobre Educação Inclusiva.** Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2020.

VIUDES, Mateus Martins. **Educação Especial e Inclusiva: Um Material.** Formiga (MG): Forma Educacional Editora, 2024.

